

Área da Economia e Finanças

Acções Governativas realizadas em 2019

Com base nos trabalhos desenvolvidos ao longo dos últimos quatro anos, tem sido concretizada, em 2019, a governação na área da Economia e Finanças, em torno das linhas orientadoras da acção governativa, nomeadamente a “Consolidação das bases privilegiadas para acolhimento da nova era de desenvolvimento”, tendo sido promovido e implementado, de forma proactiva, o “Plano Quinquenal de Desenvolvimento da Região Administrativa Especial de Macau” (2016–2020) (a seguir designado por “Plano Quinquenal”), e desenvolvidas, de forma ordenada, diversas acções focadas no seguinte:

1. Consolidação das bases do desenvolvimento económico e promoção do desenvolvimento da diversificação adequada da economia

Promoção do desenvolvimento e melhoramento da qualidade da indústria de convenções e exposições, com “Prioridade dada às Conferências”, elevando ainda mais a eficácia dos eventos. Foram aperfeiçoadas continuamente as medidas como o serviço de “Agência Única” para Licitação e Apoio em Macau das Actividades MICE e os planos de apoio às convenções e exposições, sendo valorizadas as vantagens da rede de “Embaixadores de Convenções” e captadas mais conferências de qualidade e de grande dimensão a serem realizadas em Macau. Foram realizados o “Fórum e Exposição Internacional de Cooperação Ambiental de Macau 2019”, o “10.º Fórum Internacional sobre o Investimento e Construção de Infra-estruturas”, a “Feira de Produtos de Marca da Província de Guangdong e Macau 2019”, a “Exposição de Franquia de Macau 2019”, a “24.ª Feira Internacional de Macau”, a “Exposição de Produtos e Serviços dos Países de Língua Portuguesa 2019 (Macau)” e outras exposições de marca, tendo sido enriquecidos os elementos das exposições, optimizados os serviços de apoio, encaminhados os visitantes profissionais das convenções e exposições a consumirem nos bairros comunitários de Macau e aumentada a eficiência das actividades. Foi dada continuidade à organização de delegações empresariais para participarem em actividades de convenções e exposições internacionais e regionais, intensificando-se o intercâmbio com o exterior:

Concretização e utilização gradual das instalações de *software* e *hardware* do Parque Científico e Industrial da Medicina Tradicional Chinesa no âmbito da Cooperação Guangdong-Macau. Com a entrada em funcionamento da plataforma de serviços públicos e da zona de incubação, está previsto que as linhas de produção sob certificação de boas práticas de fabrico (GMP) obtenham, ainda este ano, a acreditação GMP do Interior da China e da União Europeia. O projecto-piloto e a construção dos projectos complementares no âmbito da indústria da saúde estão a ser impulsionados, procurando-se que os mesmos possam entrar em operação experimental no final do corrente ano. As equipas de investigação e desenvolvimento (I&D) técnico e de serviços de investigação científica já estão praticamente constituídas desde Maio último, dando apoio às empresas de Macau na investigação e desenvolvimento (I&D) de novos produtos e na melhoria da qualidade dos produtos já introduzidos no mercado. Tem sido dada continuidade à

promoção do registo das empresas de projectos-chave para o estabelecimento no Parque Industrial. Com base na cooperação entre Guangdong-Macau, Sichuan-Macau e Fujian-Macau, em matéria da medicina tradicional chinesa, continua-se a estudar a viabilidade da cooperação com outras regiões, nomeadamente as províncias de Jilin e Guizhou, entre outras.

Aperfeiçoamento das leis e regulamentos, optimização do ambiente de comércio e criação de mais condições favoráveis para o desenvolvimento do sector financeiro com características próprias. Foram concluídos os trabalhos legislativos do “Regime Jurídico das Sociedades de Locação Financeira” e do “Regime do Benefício Fiscal para a Locação Financeira”, tendo sido estudada a viabilidade de rever o regime da “Bonificação de juros de créditos para financiamento empresarial”. Realizaram-se, em Macau, a primeira emissão de títulos de dívida do Estado em RMB e a primeira “Conferência dos Governadores dos Bancos Centrais e dos Quadros da Área Financeira entre a China e os Países de Língua Portuguesa”. A AMCM criou, a nível interno, um grupo de trabalho interdepartamental para acompanhar e coordenar o estudo sobre a criação em Macau do mercado de capitais e os respectivos trabalhos. Foi assinado conjuntamente, por Macau e outras cidades da Grande Baía, o “Acordo-Quadro de cooperação sobre resolução de conflitos financeiros entre Guangdong e Macau”, tendo sido reforçada a articulação das infra-estruturas financeiras da Grande Baía.

Aperfeiçoamento contínuo do sistema jurídico, reforço de administração regulamentada e impulso do desenvolvimento saudável e ordenado do sector de jogo. Têm sido apreciados com rigor os pedidos das operadoras de jogo para a autorização da instalação de mesas de jogo, dando-se prosseguimento ao aperfeiçoamento do sistema legal e dos mecanismos de fiscalização, sendo elevada a capacidade profissional do corpo inspectivo e reforçada constantemente a supervisão da exploração do sector do jogo nos termos da lei. Além de dar continuidade à realização de diversas auditorias específicas, foram impostas, em Agosto p.p., novas exigências de controlo para a regulação dos dados identificativos dos promotores de jogo, que devem constar dos recibos das transacções e operações realizadas nos casinos, prevendo-se uma avaliação da sua execução no 4.º trimestre. Têm sido realizadas acções de formação, destinadas aos promotores de jogo, no sentido de reforçar o seu conhecimento sobre a prevenção do crime de branqueamento de capitais. Através da cooperação interdepartamental, foi reforçado o combate aos sites alegadamente adulterados e de jogo ilegal, sendo intensificada a respectiva divulgação junto da população e dos turistas. Têm sido bem desenvolvidos os trabalhos de promoção do jogo responsável, prevendo-se a instalação dos postos/quiosques informativos sobre o jogo responsável em todos os casinos da RAEM até ao final de 2019. Tem-se continuado a fomentar e efectuar a supervisão do investimento das operadoras de jogo nas actividades não ligadas ao jogo e do seu respectivo desenvolvimento, incentivando as operadoras de jogo a aumentar a aquisição dos produtos e serviços às pequenas e médias empresas locais.

Apoio às pequenas e médias empresas na inovação e no desenvolvimento e promoção da reconversão e valorização da indústria transformadora. Têm sido

avaliados e otimizados continuamente os diversos planos de apoio a pequenas e médias empresas e aperfeiçoados o mecanismo de apreciação e de autorização e as medidas de supervisão. Foi concluída a avaliação de 12 lojas da “Marca Típica de Macau” e lançado um plano de apoio à remodelação de marcas. Foi prestado, constantemente, apoio às associações comerciais na realização e na optimização das actividades promocionais de consumo nos bairros comunitários, tendo sido promovida a aquisição de produtos e serviços junto das pequenas e médias empresas, através das acções e projectos diversificados, com vista a ajudá-las a explorar o mercado. Em paralelo, tem-se estimulado a reconversão da indústria transformadora, rumo à gama alta e ao alto valor acrescentado. Foi concluída a produção legislativa da “Lei relativa à aplicação do Sistema de Certificação do Processo de *Kimberley* para o comércio internacional de diamantes em bruto”, de modo a criar melhores condições para o desenvolvimento do fornecimento de matérias-primas ao sector de joalharia de Macau.

Aperfeiçoamento contínuo das políticas e medidas e encorajamento aos jovens no aproveitamento das oportunidades de inovação, empreendedorismo, emprego e desenvolvimento. Tem sido dada continuidade à implementação do Plano de Apoio a Jovens Empreendedores e à valorização do papel do Centro de Incubação de Negócios para os Jovens de Macau (CINJ), tendo sido lançado o programa de permuta de serviços de consultadoria profissional e organizadas, respectivamente, para os jovens de Macau, visitas de estudo e de intercâmbio a empresas de renome instaladas na Grande Baía, de forma a ajudá-los a agarrar as oportunidades de empreendedorismo e de emprego. Foi aperfeiçoado o “Programa de Intercâmbio de Inovação e Empreendedorismo para Jovens da China e dos Países de Língua Portuguesa”, tendo sido ampliando o âmbito dos participantes, permitindo-se a mais jovens participarem nas actividades realizadas ao abrigo do referido programa de intercâmbio e efectuarem visitas de estudo e de intercâmbio a países de língua portuguesa, de maneira a ampliar redes de contactos. Foram organizadas, de forma contínua, acções ligadas ao “Plano de Formação de Empreendedorismo e Criatividade da Juventude”, sendo promovido e optimizado constantemente o “Programa de Orientação do Empreendedorismo Juvenil”, em colaboração com as associações de empreendedorismo juvenil de Macau, dando-se apoio aos jovens na elevação da eficiência do empreendedorismo. Deu-se prosseguimento ao reforço dos mecanismos de intercâmbio e comunicação com os jovens, tendo sido realizadas, no corrente ano, várias sessões de diálogo sincero entre os jovens e o Secretário para a Economia e Finanças ou directores de vários serviços públicos e visitas a associações de jovens, tendo ainda sido organizadas as actividades da Delegação de Visita e Aprendizagem “Caminhar juntos na Nova Era (Província de Jiangsu)” para os jovens de Macau.

Optimização da formação de quadros qualificados, atendendo às necessidades do desenvolvimento da diversificação adequada da economia; optimização contínua da formação profissional, dando apoio aos residentes na elevação da sua competitividade; aperfeiçoamento contínuo do sistema jurídico e salvaguarda dos direitos e interesses laborais. Foram organizados cursos de formação diversificados para responder às

necessidades do desenvolvimento das indústrias e dos diversos sectores, tendo sido disponibilizadas mais oportunidades de formação e de aprendizagem para os profissionais locais dos sectores financeiro, de convenções e exposições, de medicina tradicional chinesa, entre outros. Em paralelo, foram organizados diversos cursos de formação de técnicas para apoiar os trabalhadores a elevar a sua competitividade e alargar o leque de opções de emprego e o espaço de desenvolvimento, incluindo o “Plano de formação de talentos em gestão de operações do sector da restauração”, cursos relacionados com conhecimentos técnicos em metro ligeiro, o “Plano de formação inicial” destinado especialmente a jovens, assim como outros cursos de formação, como “formação com certificação”, “formação remunerada em serviço” e “elevação de habilidade profissional”, etc. Além disso, tem sido dada continuidade ao aperfeiçoamento da gestão dos trabalhadores não residentes. Sob a premissa de garantir o acesso ao emprego dos residentes de Macau e que os seus direitos e interesses laborais não sejam afectados, e em articulação com o desenvolvimento da diversificação adequada da economia local, foi proporcionada ajuda aos sectores com necessidades na introdução de trabalhadores profissionais não residentes, dando-se apoio adequado aos pedidos de contratação de trabalhadores não residentes apresentados por micro, pequenas e médias empresas.

Têm sido reforçadas constantemente a fiscalização preventiva e a divulgação e sensibilização das relações de trabalho, sendo fomentadas, de forma diversificada, a segurança ocupacional em Macau e a respectiva divulgação e sensibilização, dando-se acompanhamento contínuo à revisão e produção legislativa de leis e regulamentos em várias áreas do trabalho e organizando-se acções de divulgação jurídica na sequência da entrada em vigor das respectivas leis.

2. Participação activa na construção da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau, valorizando com exactidão o posicionamento e a função de Macau e aproveitando as oportunidade de desenvolvimento nacional

Apoio às empresas e aos residentes na participação activa na construção e no desenvolvimento da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau. Foram lançados os “Serviços Convenientes para o Registo Comercial nas 9 Cidades da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau”, tendo sido melhoradas, ainda mais, as funções de serviço do Gabinete de Representação do Instituto de Promoção do Comércio e do Investimento de Macau (IPIM) em Guangzhou, efectuadas visitas e dado acompanhamento às instituições e empresas instaladas nas cidades da Grande Baía, reforçados os contactos e providenciada a ajuda necessária. Foram desenvolvidas, constantemente, acções promocionais para a captação de investimentos e envidados esforços para que mais empresas de qualidade venham a instalar-se em Macau. Realizou-se, na Cidade de Guangzhou, a “Sessão de Partilha e Troca de Informações para os Jovens de Macau no seio da Grande Baía”, sendo estabelecida mais uma plataforma de partilha de experiências e de intercâmbio para os jovens de Macau interessados em desenvolver os seus negócios na Grande Baía, conjuntamente com os jovens de Macau que se encontram na Grande Baía para fins de empreendedorismo,

emprego e estudo. A Direcção dos Serviços de Economia (DSE), a Direcção dos Serviços de Estatística e Censos (DSEC), o Instituto de Promoção do Comércio e do Investimento de Macau (IPIM) e a Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais (DSAL) adicionaram, respectivamente, nos seus portais, páginas web e bases de dados, dedicados à Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau, de modo a facilitar, às empresas e residentes, o acesso às informações relevantes. Deu-se continuidade ao reforço da cooperação em matéria de defesa do consumidor na Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau, assegurando os direitos e interesses dos residentes.

Promoção da nova fase de captação de investimento para o “Parque Industrial de Cooperação Guangdong-Macau” em Hengqin, proporcionando mais oportunidades para as empresas de Macau. Macau e Hengqin reconstituíram a “Comissão de Apreciação dos Projectos de Investimento de Macau no Âmbito do Desenvolvimento de Hengqin”, tendo optimizado os regimes para a captação de investimento e a avaliação e selecção dos projectos e exigido um requisito mais claro para os projectos candidatos no tocante ao posicionamento industrial, de maneira a responder com maior exactidão às necessidades da diversificação adequada da economia de Macau e do planeamento para o desenvolvimento de Hengqin. Até ao final de Agosto de 2019, foram recebidos 67 novos projectos candidatos.

Promoção da implementação do “Acordo sobre Comércio de Mercadorias no âmbito do CEPA” e das acções complementares de articulação e divulgação, sendo alargada a liberalização em torno do “Acordo sobre Comércio de Serviços no âmbito do CEPA”. A Versão Actualizada do “Acordo sobre Comércio de Mercadorias no âmbito do Acordo CEPA” foi implementada oficialmente a partir do dia 1 de Janeiro de 2019. A lista de mercadorias no âmbito do Acordo CEPA, que tinha inicialmente 273 produtos, passou a ter, actualmente, 8 549 produtos, todos com critérios de origem definidos. Ao abrigo da Comissão de Acompanhamento Conjunta no âmbito do Acordo CEPA, foram criados três grupos de trabalho destinados ao acompanhamento da implementação concreta do Acordo. Foram realizadas, no corrente ano, três reuniões de governantes de alto nível da Comissão de Acompanhamento Conjunta no âmbito do Acordo CEPA, sendo efectuadas negociações sobre o maior alargamento das medidas de liberalização no âmbito do comércio de serviços concedidas pelo Interior da China a Macau, a redução da lista negativa e o estudo para impulso da lista negativa para os serviços transfronteiriços.

Apoio às empresas de Macau no aproveitamento do comércio electrónico transfronteiriço para explorar o mercado chinês e aprofundamento da cooperação e intercâmbio económico e comercial entre Macau e as províncias e municípios do Interior da China. Foram organizadas visitas de estudo e de intercâmbio, seminário sobre leis do comércio electrónico e outras actividades para as empresas locais, com o intuito de ajudar o sector respeitante a conhecer as tendências mais recentes do comércio electrónico do Interior da China. Têm-se impulsionado, de forma contínua, o intercâmbio e a cooperação económica e comercial entre Macau e as províncias e municípios do Interior da China, através da organização de delegações para participação em feiras e conferências e

das diligências de convidar as cidades do Interior da China a organizar missões a Macau. As áreas dos stands na “Feira de Produtos de Marca da Província de Guangdong e Macau” e na “MIF”, reservadas para Guizhou, foram aumentadas em cerca de 20%, de modo a alinhar-se com os trabalhos da assistência proporcionada pela RAEM, no sector industrial, ao Distrito de Congjiang, Província de Guizhou, e aumentar o apoio à promoção dos produtos típicos daquele distrito.

3. Aceleração da construção da Plataforma de Serviços para a Cooperação Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa

Reforço contínuo da promoção da função de Macau como Plataforma de Serviços para a Cooperação Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa. Tem sido acelerada a construção do Complexo da Plataforma de Serviços para a Cooperação Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, sendo acompanhados activamente os preparativos da 6.ª Conferência Ministerial. Tem sido desempenhado, de forma contínua, o papel do Centro de Formação do Fórum de Macau, com vista a reforçar a troca de experiências nas áreas profissionais entre os países de língua portuguesa, o Interior da China e Macau. Através da realização de actividades, da organização de delegações para participação em exposições e feiras e de visitas de estudo, assim como das diligências para adicionar os elementos relativos aos países lusófonos nas exposições realizadas em Macau e no Interior da China, têm sido redobrados esforços para fomentar as províncias e municípios do Interior da China a encetar intercâmbio, cooperação e articulação com os países de língua portuguesa, através de Macau, nas áreas económicas e comerciais e da capacidade produtiva, tendo sido ainda realizada com sucesso a “Cimeira 2019 sobre a construção da Plataforma de Serviços para a Cooperação Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa de Macau, apoiada pelas Empresas Estatais Chinesas”.

Promoção activa dos produtos alimentares e outros produtos dos países de língua portuguesa. O Centro de Exposição dos Produtos Alimentares dos Países de Língua Portuguesa pretende introduzir as funções de transacção B2C e ajudar as empresas de Macau na exploração de negócios de comercialização dos produtos lusófonos via *online* e *offline*, através da colaboração com a Plataforma do Comércio Electrónico Online do Interior da China.

Aceleração da construção em Macau da “Plataforma de Prestação de Serviços Financeiros entre a China e os Países de Língua Portuguesa”. Realizou-se em Maio do ano corrente, pela primeira vez, em Macau, a “Conferência dos Governadores dos Bancos Centrais e dos Quadros da Área Financeira entre a China e os Países de Língua Portuguesa (Macau) – 2019”. Após o evento, a AMCM continua a acompanhar as cinco iniciativas propostas durante a reunião, incluindo o estabelecimento do mecanismo de intercâmbio entre os governadores dos bancos centrais da China e dos países de língua portuguesa, o estabelecimento/aperfeiçoamento do projecto sobre a criação de uma rede de cooperação entre instituições financeiras chinesas e portuguesas, entre outros.

Promoção do estabelecimento do “Regime do Seguro de Créditos para a Importação, Exportação e Trânsito de Mercadorias”. A AMCM tem desenvolvido trabalhos de acompanhamento junto das instituições financeiras concernentes, tendo ainda organizado, em conjunto com o IPIM, sessões temáticas de esclarecimento destinadas ao sector local e reforçado a respectiva divulgação, de modo a articular-se com a implementação deste regime.

Fomento da comercialização dos produtos e da divulgação da cultura da medicina tradicional chinesa (MTC) no mercado internacional. Portugal e Moçambique são tomados como ponto de partida para a construção da “Base de Intercâmbio Internacional para os Jovens Médicos de Medicina Chinesa”. Os dois primeiros produtos de MTC registados em Moçambique foram já lançados e estão postos à venda no mercado daquele país. Actualmente, estão a ser envidados esforços para que uma variedade de produtos obtenha a autorização de comercialização. Em 2019, foram estendidos, pela primeira vez, a Cabo Verde e a outros países africanos de língua portuguesa, o modelo de promoção de “introdução de medicamentos através de tratamento médico” e as experiências na formação de talentos qualificados adquiridas em Moçambique.

4. Aperfeiçoamento da gestão da reserva financeira e optimização das leis e diplomas financeiros e fiscais

Tem sido dado acompanhamento contínuo aos trabalhos relacionados com a criação do Fundo para o Investimento e Desenvolvimento da Região Administrativa Especial de Macau, sendo preparada a realização de consultas públicas sobre a criação da Sociedade Gestora do Fundo para o Investimento e Desenvolvimento de Macau, S.A.. Está a ser prosseguido o trabalho da disponibilização da participação no “Fundo para a Cooperação e o Desenvolvimento Guangdong-Macau”. A RAEM aderiu formalmente ao mecanismo de cooperação sobre administração fiscal no âmbito da iniciativa “Uma Faixa, Uma Rota” em Abril de 2019. Além disso, o “Regime de benefícios fiscais para a reconstrução de edifícios” e o “Regime do benefício fiscal para a locação financeira” entraram, formalmente, em vigor em Fevereiro e Abril de 2019, respectivamente, continuando a ser aperfeiçoadas outras leis e diplomas legais em matéria fiscal. Em articulação com o plano de prevenção e redução de desastres do Governo da RAEM, foram lançados, em Agosto do ano corrente, o “Seguro de bens patrimoniais contra grandes desastres para as pequenas e médias empresas” e o “Plano de apoio financeiro a conceder no âmbito do seguro de bens patrimoniais contra grandes desastres para as pequenas e médias empresas”.

5. Optimização dos serviços públicos, aperfeiçoamento do sistema estatístico e empenho na constituição de equipas íntegras

Os diversos serviços sob a tutela da Secretaria para a Economia e Finanças, deram continuidade à revisão e optimização dos procedimentos dos serviços públicos, aumentando instalações para comodidade da população e dos comerciantes e ampliando gradualmente o âmbito dos serviços electrónicos, com vista a elevar a eficiência e a qualidade dos serviços.

Foram reforçados, de forma contínua, o intercâmbio e a cooperação com as instituições estatísticas congéneres, incluindo as da Grande Baía, e estabelecidos mecanismos estatísticos inovadores para recolha de dados estatísticos sobre o desenvolvimento, quer relativos a residentes, quer a empresas de Macau na Grande Baía. Foram aperfeiçoados constantemente os regimes dos serviços públicos e reforçada a consciencialização de integridade do seu pessoal, dando-se continuidade à revisão e ao aperfeiçoamento das orientações internas de trabalho e dos respectivos códigos de conduta.

Ponto de situação da governação do IV Governo (2015 – 2019)

1. Promoção do desenvolvimento estável da economia, registando-se os primeiros resultados positivos na diversificação adequada da economia

Ao longo dos últimos cinco anos, a tutela da Economia e Finanças tem-se mantido firme no prosseguimento do princípio governativo de “desenvolver a economia e melhorar a vida da população”, promovendo a diversificação adequada e o desenvolvimento sustentável da economia de Macau para reforçar a resiliência económica e assegurar a estabilidade e harmonia da sociedade.

E, no seguimento escrupuloso do posicionamento de desenvolvimento “um Centro, uma Plataforma” em torno do mote “atender às necessidades do País e potencializar as vantagens de Macau” e, através do aproveitamento das importantes oportunidades derivadas da iniciativa “Uma Faixa, Uma Rota”, da construção da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau, entre outros projectos, o Governo da RAEM tem trabalhado empenhadamente em prol da criação de um sistema industrial moderno com competitividade a nível internacional, adoptando uma estratégia de “caminhar com ambas as pernas” que visa a elevação da sua própria capacidade e o reforço da cooperação regional, no sentido de cultivar as indústrias emergentes, nomeadamente as convenções e exposições com prioridade dada às conferências, as actividades financeiras com características próprias, a medicina tradicional chinesa, etc., apoiando as micro, pequenas e médias empresas na inovação e auto-aperfeiçoamento, impulsionando a reconversão e valorização das indústrias tradicionais, reforçando a fiscalização sobre o sector do jogo, com empenhos focados na exortação às operadoras de jogo a desenvolverem elementos não relacionados com o jogo, procurando, deste modo, ajudar a alargar as margens de desenvolvimento dos residentes locais no que respeita à sua carreira profissional.

Apesar de a economia ter tido sofrido um ajustamento profundo, graças ao forte apoio do Governo Central, conjugado com os esforços conjuntos e empenho de toda a população de Macau, os trabalhos alusivos à diversificação adequada da economia começaram a revelar os seus primeiros resultados positivos. No decurso dos cinco anos findos, a estrutura

industrial de Macau tem evoluído cada vez mais de modo diversificado, enquanto as receitas dos principais sectores não jogo e o valor acrescentado bruto das indústrias emergentes aumentaram, numa escala de cerca de 30% e de 20%, respectivamente.

O sector de convenções e exposições tem registado um crescimento rápido, sendo notórios os resultados da política “com prioridade dada às conferências” promovida. Evidenciou-se também um alargamento gradual dos espaços para o desenvolvimento das actividades financeiras com características próprias, com a indústria de Medicina Tradicional Chinesa a progredir a um ritmo estável e as actividades não relacionadas com o jogo a aumentarem quer nas próprias empresas das operadoras de jogo, quer nas instalações a elas pertencentes. Os regimes têm vindo a ser aperfeiçoados gradualmente e o ambiente de negócios optimizado constantemente. Ao mesmo tempo, aumentaram-se as opções de emprego para os residentes, assim como os rendimentos de que auferiram, tendo a taxa de desemprego se mantido em baixo nível.

2. Integração no grande contexto do desenvolvimento nacional e aceleração da construção de “Um Centro, Uma Plataforma”

Participação proactiva na construção da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau. Em 2018, foi estabelecido, no âmbito da tutela da Economia e Finanças, um mecanismo de coordenação interdepartamental que, de acordo com as exigências de trabalhos previstos nas Linhas Gerais do Planeamento para o Desenvolvimento da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau (doravante designadas por Linhas Gerais), definiu metas de diferentes etapas para os ditos trabalhos, delineando em pormenor as actividades relacionadas, com vista ao impulsionamento do avanço e da concretização progressivos de todos os trabalhos traçados, incluindo, entre outros, a criação de mecanismos para ajudar os residentes a integrar-se na Grande Baía; o estabelecimento, em conjunto, de uma rede destinada à defesa dos direitos e interesses dos consumidores da Grande Baía; o fortalecimento da cooperação em domínios como os serviços financeiros para a população, a formação de talentos na área financeira, a plataforma de prestação dos serviços financeiros entre a China e os Países de Língua Portuguesa, o sector financeiro com características próprias de Macau, a troca de informações.

Desde Abril de 2018, altura em que foi celebrado o Memorando de Cooperação na Área de Defesa dos Direitos do Consumidor da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau, até Agosto de 2019, o Conselho de Consumidores de Macau (CC) tratou de um total de 250 casos apresentados pelos consumidores provenientes das nove cidades da Grande Baía e de Hong Kong, 91 dos quais já foram encaminhados para as diversas organizações de defesa do consumidor da Grande Baía. Além disso, na perspectiva de inovar o modelo de cooperação regional na área financeira, a Província de Guangdong e a RAEM criaram, em 2018, o Fundo de Desenvolvimento para a Cooperação Guangdong-Macau, com investimentos aplicados, principalmente, em projectos de infra-estruturas de alta qualidade, favoráveis à economia e ao bem-estar das populações das duas jurisdições e associados à construção da Zona de Comércio Livre de Guangdong e da Grande Baía.

Progresso na construção do Parque Industrial de Cooperação Guangdong-Macau em Hengqin. O Governo da RAEM recomendou um total de 83 projectos elegíveis para a entrada no Parque Industrial em 2014 e 2016, respectivamente. Até finais de Março de 2019, 23 projectos tiveram terrenos concedidos e foram iniciadas as obras de construção. Foi reiniciada, em 31 de Dezembro de 2018, a captação de negócios para o Parque Industrial, tendo sido definidos novos mecanismos e condições de avaliação dos projectos elegíveis para recomendar ao Parque e estipulados requisitos mais claros e exigentes para os projectos candidatos no desenvolvimento industrial e no investimento. Tudo isto tinha por objectivo alinhar-se com a meta do impulsionamento da diversificação adequada da economia de Macau.

Actualização do Acordo de Estreitamento das Relações Económicas e Comerciais entre o Interior da China e Macau em todas as vertentes. Em resposta às necessidades de alargamento contínuo das áreas de cooperação económica e comercial entre o Interior da China e Macau derivadas da nova era, o Governo da RAEM e o Ministério do Comércio mantiveram constantes contactos para abordarem a optimização do actual mecanismo de trabalho, tendo constituído, em Dezembro de 2018, uma Comissão para a Cooperação Económica e Comercial entre o Interior da China e Macau e criado, no âmbito desta Comissão, cinco grupos específicos/comissões. O Acordo sobre Comércio de Mercadorias no âmbito do CEPA, que entrou em vigor a partir de 1 de Janeiro de 2019, permite aprofundar ainda mais a cooperação entre as duas partes relativamente a esta matéria.

Promoção contínua da construção da Plataforma de Serviços para a Cooperação Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa e dos seus “Três Centros”, valorizando o seu papel de ponte. Nos últimos cinco anos, o papel de Macau enquanto Plataforma de Serviços para a Cooperação Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa tem-se destacado de forma exponencial. As trocas comerciais entre a China e os países de língua portuguesa assinalaram uma subida de US\$ 132,6 mil milhões em 2014 para US\$ 147,4 mil milhões em 2018, representando um crescimento de cerca de 11%. A construção do Centro de Distribuição dos Produtos Alimentares dos Países de Língua Portuguesa, do Centro de Convenções e Exposições para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa e do Centro de Serviços Comerciais para as Pequenas e Médias Empresas da China e dos Países de Língua Portuguesa, contribuiu para impulsionar a cooperação entre a China Continental, Macau e os países lusófonos, nos domínios do comércio de alimentos e de serviços de mercadorias, convenções e exposições, entre outros, dinamizando também as actividades de prospecção recíproca de negócios.

Além disso, deu-se prosseguimento à realização das acções promocionais de carácter comercial e de investimento, na perspectiva de fortalecer o intercâmbio e a cooperação, assim como a sinergia orgânica da Plataforma de Serviços para a Cooperação entre a China e os Países de Língua Portuguesa com a iniciativa “Uma Faixa, Uma Rota”, as províncias e regiões integradas no Pan-Delta do Rio das Pérolas e a Grande Baía, incentivando também o diálogo e a interligação entre todas as partes envolvidas.

Em 2019, foi realizada, com sucesso, a “Conferência dos Governadores dos Bancos Centrais e dos Quadros da Área Financeira entre a China e os Países de Língua Portuguesa (Macau)”. O IPIM estabeleceu, em Junho de 2018, uma relação de parceria com uma plataforma de transacções de diamantes de Xangai, visando, através do aproveitamento das vantagens de Macau enquanto uma Plataforma de Serviços para a Cooperação Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, promover o comércio de diamantes e pedras preciosas entre os países lusófonos e a China. Ao mesmo tempo, o Governo da RAEM autorizou o estabelecimento em Macau de uma plataforma de transacções de diamantes e pedras preciosas, facto este que, associado à implementação do Sistema de Kimberley, permitiria criar condições para Macau se transformar, passo a passo, como um centro internacional de transacções de diamantes e pedras preciosas.

Realização bem-sucedida da 5.ª Conferência Ministerial do Fórum de Macau e construção acelerada do “Complexo de Serviços para a Cooperação Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa”. Foi dado, com proactividade, acompanhamento aos trabalhos de implementação do «Plano de Acção para a Cooperação Económica e Comercial (2017–2019)» e do «Memorando de Entendimento sobre a Promoção da Cooperação da Capacidade Produtiva do Fórum de Macau», celebrados entre os países participantes na 5.ª Conferência Ministerial do Fórum de Macau, assim como às iniciativas em prol da concretização das 18 medidas anunciadas também naquele certame por parte do Governo Central que tinham como cerne o aprofundamento da cooperação sino-lusófona. Foi oficialmente iniciada a construção do “Complexo de Plataforma de Serviços para a Cooperação Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa”, estando a conclusão das obras da 1ª fase prevista para o final de 2019, encontrando-se a ser desenvolvidos, de forma empenhada, os trabalhos preparativos para a realização da 6.ª Conferência Ministerial do Fórum de Macau.

Aproveitamento máximo dos investimentos da Reserva Financeira em prol da iniciativa “Uma Faixa, Uma Rota”. Em 2018, a AMCM e o Fundo da Rota da Seda assinaram um memorando de cooperação, com o objectivo de iniciar a parceria sob a forma de estabelecimento de uma plataforma de investimento conjunto. A par disso, a AMCM continuou a negociar com o “Fundo de Cooperação para a Capacidade Produtiva China-América Latina” e o “Fundo para a Cooperação da Capacidade Produtiva China-África”, esforçando-se para chegar a um consenso sobre cooperação.

3. Optimização das medidas políticas, promovendo o desenvolvimento e melhoramento da qualidade da indústria de convenções e exposições com “Prioridade dada às Conferências”

Resultados evidentes na promoção do desenvolvimento da indústria de convenções e exposições com “Prioridade dada às Conferências”, com registo de melhoramento do seu profissionalismo, mercantilização e internacionalização. Nas Linhas de Acção Governativa para o ano de 2016, o Governo da RAEM apresentou a estratégia de desenvolvimento da indústria de convenções e exposições com “Prioridade dada às

Conferências”, pretendendo, através do ajustamento das funções dos serviços competentes, aperfeiçoamento contínuo das medidas de incentivo, prestação de apoio administrativo, realização de formação de talentos e actividades de intercâmbio a nível internacional, entre outras iniciativas, promover o desenvolvimento e melhoramento da qualidade da indústria de convenções e exposições, fomentando o profissionalismo, mercantilização e internacionalização dessas actividades.

Em 2018, foram realizadas 1 427 actividades de convenções e exposições em Macau, 1 342 das quais foram reuniões e conferências, representando 90% do total, com o número de participantes a atingir 296 000 indivíduos, o que representa um aumento de 20,5% em termos anuais. Por outro lado, registou-se também uma tendência ascendente quanto ao número de grandes reuniões e conferências realizadas em Macau anualmente, tendo sido captadas 62 convenções com escala de mais de 1 000 participantes entre 2016 e 2018, destacando-se as 28 convenções realizadas em 2018, com escala de 1 000 pessoas, que representaram um aumento homólogo de quase 50%. Foi lançado, em 2017, o programa de “Embaixador de Convenções”, através do qual foram angariadas, com sucesso, diversas convenções profissionais para serem realizadas em Macau.

Introdução de mais projectos de convenções e exposições de qualidade para realização em Macau e fomento das várias feiras e exposições de marca local, para elevar a rentabilidade das respectivas actividades. Em 2018, realizaram-se 60 exposições, representando uma descida de 23,1% em comparação com as 78 realizadas no ano de 2015. É de destacar que foram de 69,88 milhões de patacas os subsídios concedidos pelo Governo ou por outras instituições, cuja percentagem nas respectivas receitas foi de 38,7%, tendo assim diminuído em comparação com a de 54,6% registada no ano de 2015, ou seja, uma descida de cerca de 15,9 pontos percentuais. Depois de subtrair as despesas efectivas das receitas das 53 exposições organizadas por entidades não-governamentais, registou-se em 2018 um saldo de 40,74 milhões de patacas, traduzindo uma melhoria quando comparado com o ano de 2015 em que foi apurado um prejuízo na ordem de 1,849 milhões de patacas. Estes resultados reflectem que a indústria de convenções e exposições tem vindo a evoluir gradualmente em direcção à mercantilização. Actualmente, existem em Macau 8 exposições que foram acreditadas pela Associação Global da Indústria de Exposições (UFI), mais 5 em relação ao final de 2014. Na 14ª edição do relatório anual “Indústria de feiras comerciais na Ásia” da UFI, publicado em Julho de 2018, Macau foi destacado como um dos mercados de exposições com melhor desempenho nos últimos cinco anos. Em Agosto p.p., Macau foi distinguida com o prémio “Melhor Cidade MICE da Ásia”(Best MICE City - Asia), durante a primeira edição dos “M&C Asia Stella Awards 2019.

Melhoramento gradual das instalações de *software* e *hardware* para convenções e exposições, com expositores e participantes da MICE a promover o consumo nos bairros comunitários. Em 2017, existiam em Macau 98 estabelecimentos disponíveis para prestar serviços de realização de conferências e exposições, ou seja, uma subida de 46,3% em relação a 2015; o número de trabalhadores ao serviço foi de 427, tendo aumentado 14,5% relativamente a 2015. O valor acrescentado bruto do próprio sector de serviços de

organização de conferências e exposições também aumentou em conformidade, passando de 70 milhões de patacas em 2015 para 107 milhões de patacas em 2017, correspondendo a um aumento de mais de 50%. Atendendo ao incremento contínuo do número de visitantes empresariais de alto nível a Macau, o IPIM lançou uma série de acções para organizar e incentivar os visitantes de convenções e exposições a passear e fazer compras nos bairros comunitários, prestando assim apoio à dinamização do desenvolvimento da economia comunitária local.

4. Empenho no fomento da construção do “Parque Científico e Industrial da Medicina Tradicional Chinesa no âmbito da Cooperação Guangdong-Macau”, dando apoio à promoção da normalização, mercantilização e internacionalização da indústria da medicina tradicional chinesa

Prosseguimento da construção das instalações *software* e *hardware* do Parque Científico e Industrial da Medicina Tradicional Chinesa no âmbito da Cooperação Guangdong-Macau, em Hengqin (doravante designado por Parque Industrial). O Presidente Xi Jinping, na sua visita ao Parque Científico e Industrial da Medicina Tradicional Chinesa no âmbito da Cooperação Guangdong-Macau, em Outubro de 2018, reconheceu o papel do Parque Industrial no impulsionamento do desenvolvimento da MTC e da diversificação adequada da economia de Macau, tendo dado também importantes instruções em prol do desenvolvimento da MTC e da construção do referido Parque Industrial. Actualmente, o Edifício de Produção do GMP e a plataforma de serviços públicos com funções focadas essencialmente na investigação e desenvolvimento (I&D) e na realização de testes de qualidade, entre outras especificidades técnicas, já se encontram em pleno funcionamento, estando praticamente concluída a construção da zona de incubação destinada à formação e ao desenvolvimento das empresas estabelecidas no Parque Industrial. Concluiu-se também a constituição da equipa de investigação e desenvolvimento técnico e da equipa de serviços de investigação científica, com elementos compostas por representantes das autoridades de Supervisão e Administração dos Medicamentos da Província de Guangdong e do Centro de Estudos Técnicos e das Políticas Estratégicas da Medicina Tradicional Chinesa, tendo sido introduzidos diversos projectos-chave de investigação científica.

Contributo para o desenvolvimento da indústria da medicina tradicional chinesa, servindo o Parque Industrial como meio de suporte. O Parque Industrial tem desempenhado, de forma gradual, um papel muito positivo no cultivo e fomento do crescimento e desenvolvimento das empresas de MTC de Macau. É de assinalar que, de entre as 29 empresas de Macau já registadas e estabelecidas no Parque Industrial, 12 são empresas formadas recentemente em medicina chinesa, 10 recém-criadas sob investimento de empresas antigas da MTC criadas em Macau.

Promoção da normalização e internacionalização dos produtos da MTC, tomando como ponto de partida os países de língua portuguesa e aceleração da construção do projecto-modelo da indústria da prestação de bens/serviços globais de saúde. A partir de 2015, tomando como ponto de partida os países de língua portuguesa, diligenciou-

se no sentido de apoiar as empresas a registarem os seus produtos nos países lusófonos, estabelecendo gradualmente redes de cooperação que ligam à ASEAN, à África e à União Europeia.

Desde o arranque do projecto de registo dos medicamentos tradicionais em Moçambique no início de 2017 até Agosto de 2019 e, contando com o apoio do Parque Industrial, um total de 6 tipos de produtos das empresas do Interior da China e de Macau foram registados, com sucesso, em Moçambique, tendo os primeiros 2 tipos registados sido exportados também para esse país. Entrou em funcionamento, em Julho de 2018, o gabinete preparatório do “Centro de Medicina Tradicional Chinesa China-Moçambique”, em Maputo. Além disso, através da plataforma de Macau, o Parque Industrial tem estabelecido pontos de contacto com vários sistemas de supervisão de medicamentos da UE, no sentido de reforçar o emparelhamento empresarial bilateral em prol do desenvolvimento do Parque Industrial, apoiando o acesso ao mercado da UE dos produtos das empresas de prestígio.

Por outro lado, foram levados a cabo os trabalhos relativos à construção de hardware dos projectos-chave que englobam, principalmente, serviços nas áreas de manutenção da saúde e do bem-estar, da cultura da MTC e do turismo da saúde, etc., assim como à definição dos respectivos planos comerciais. Os projectos em si irão conjugar-se com os sectores relevantes de Macau, tendo em consideração a sua articulação com a diversificação adequada da economia local.

5. Aperfeiçoamento do ambiente de mercado, promoção do sector financeiro com características próprias e construção da “Plataforma de Prestação de Serviços Financeiros entre a China e os Países de Língua Portuguesa”

Empenho em servir as necessidades da Pátria, maximizando as potencialidades de Macau e promovendo o desenvolvimento do sector financeiro com características próprias. Em Novembro de 2015, o Governo da RAEM propôs o desenvolvimento do “sector financeiro com características próprias”, focado no desenvolvimento da locação financeira, na liquidação de RMB e na gestão de fortunas no “Plano Quinquenal de Desenvolvimento da Região Administrativa Especial de Macau (2016-2020)”, disponibilizando os serviços financeiros necessários para a cooperação entre os países de língua portuguesa e os países e regiões ao longo do percurso de “Uma Faixa, Uma Rota” nas áreas da capacidade produtiva, exportação de equipamentos mecânicos em grande escala do Interior da China, introdução de tecnologia e equipamento avançados do exterior e captação de empresas e projectos de investimento comercial.

Aperfeiçoamento do sistema jurídico para funcionar como suporte para o desenvolvimento do sector financeiro com características próprias. No cumprimento das linhas orientadoras da governação no que respeita à promoção do desenvolvimento do sector financeiro com características próprias, foi lançado, em Abril de 2019, o “Regime jurídico das sociedades de locação financeira” e, posteriormente, o diploma complementar intitulado “Regime do benefício fiscal para a locação financeira”. Em 2018, a AMCM

constituiu, respectivamente, com o sector bancário e com o sector de seguro, “grupos permanentes de trabalho para revisão dos diplomas legais”, visando acelerar os trabalhos de revisão legislativa e aperfeiçoar o ambiente de mercado do respectivo sector.

Aceleração da construção de infra-estruturas financeiras e construção de um “Centro de Regularização das Transacções em RMB para os Países de Língua Portuguesa”. O sistema de liquidação imediata em tempo real em Renminbi (RMB RTGS) de Macau e o Sistema de Liquidação Automática de Cheques de Macau foram lançados, sucessivamente, em 2016 e 2017. Em 2018, o Banco de Compensação em RMB de Macau foi aprovado como membro participante indirecto do “Cross-Border Inter-Bank Payments System” (CIPS). Desde o início de 2015 até ao final de Julho de 2019, o valor acumulado da regularização das transacções em RMB atingiu um total de 506,9 mil milhões de RMB.

Enriquecimento dos produtos de gestão de fortunas de Macau. No final de Junho de 2019, a AMCM lançou a “Directiva relativa à emissão de obrigações e à gestão dos serviços relativos à sua alieação e à negociação” e a “Directiva relativa à colocação de obrigações com tomada firme e custódia de obrigações”, a fim de estabelecer um regime que criasse condições básicas e necessárias para a emissão de títulos em Macau pelas sociedades comerciais locais e estrangeiras. Em Julho de 2019, o Governo Central emitiu, pela primeira vez, em Macau, títulos de dívida do Estado, com o valor de 2 mil milhões de RMB, destinados a investidores institucionais e aos residentes de Macau. A AMCM deu início ao estudo e produção legislativa tendente à introdução do regime de fidúcia, para satisfazer as necessidades de desenvolvimento das actividades de gestão de fortunas de Macau. Segundo os dados do sector, até ao final de Junho de 2019, os clientes de produtos de gestão de fortunas aumentaram para 290 000, enquanto que o valor de mercado final das carteiras de investimento aumentou 24,6%, atingindo 224,3 mil milhões de patacas.

Captação de instituições financeiras com qualidade para elevar o potencial de desenvolvimento do sector financeiro. No período compreendido entre 2015 e o 1.º semestre de 2019, o número de novas instituições financeiras aumentou para onze, incluindo bancos, instituições seguradoras, sociedades de locação financeira, instituição prestadora de serviços de pagamento, instituição de transacção de activos financeiros e sociedade gestora de fundos. Presentemente, os quatro maiores bancos comerciais do Interior da China encontram-se instalados em Macau. Com o estabelecimento de várias instituições financeiras em Macau e o impulsionamento de actividades transfronteiriças, as actividades financeiras locais tornar-se-ão cada vez mais diversificadas e inovadoras.

6. Reforço dos trabalhos de fiscalização e do aperfeiçoamento de regimes jurídicos, promovendo o desenvolvimento ordenado do sector do jogo, nos termos da lei

Conclusão do trabalho de revisão intercalar do sector do jogo e acompanhamento sincrónico dos relevantes trabalhos e problemas Em 2015, o Governo da RAEM encomendou ao Instituto de Estudos sobre a Indústria do Jogo da Universidade de Macau

a realização de um estudo específico sobre o desenvolvimento do sector do jogo e o seu impacto sobre as diversas vertentes socioeconómicas da RAEM, tendo o respectivo relatório sido publicado em Maio de 2016 para efeitos de auscultação das opiniões do sector e da sociedade. Ao mesmo tempo, face aos problemas descobertos no decurso do trabalho de revisão intercalar atrás referido, o Governo da RAEM procedeu à elaboração e alteração das leis, regulamentos e instruções a que esses problemas diziam respeito, de modo a aperfeiçoar mais efectivamente o regime de supervisão relevante, reforçando a regulação das operadoras de jogo no cumprimento da lei no âmbito da exploração das suas actividades.

Concomitantemente, tendo em consideração que os actuais contratos de concessão para a exploração de jogos de fortuna ou azar em casino estão prestes a terminar, foi dado início aos trabalhos de estudo jurídico para a realização do próximo concurso público destinado à atribuição de concessões para a exploração de jogos de fortuna ou azar. Ademais, atendendo a que a uniformização do termo dos prazos dos contratos de concessão dessa natureza seria benéfica para a coordenação dos trabalhos preparatórios para a abertura de um novo concurso público destinado à atribuição de concessões para a exploração de jogos de fortuna ou azar ou outros jogos em casino e, ainda, vantajosa para manter a estabilidade social, nomeadamente a do mercado de emprego e salvaguardar os direitos e interesses legítimos de trabalhadores, o Governo da RAEM, autorizou, em Março do corrente ano, a prorrogação até Junho de 2022 do prazo de dois contratos (um de concessão e outro de subconcessão) para a exploração de jogos de fortuna ou azar ou outros jogos em casino, que tinham prazos mais curtos do que os restantes contratos de jogo.

Controlo rigoroso da dimensão do sector do jogo e aperfeiçoamento contínuo da construção do regime jurídico para promover a exploração das actividades de jogo de acordo com a lei. Foi adoptada uma política mais rigorosa na apreciação dos pedidos sobre a abertura de novas zonas de jogo ou a instalação de novas máquinas de jogo, de modo a controlar a dimensão do desenvolvimento do sector do jogo. No tocante à revisão e ao aperfeiçoamento contínuos da legislação e regulamentos relevantes, implementou-se, a partir de 2016, a medida de proibição de utilização de telemóveis junto das mesas de jogo nos casinos da RAEM, de modo a prevenir a prática de actos irregulares nesses locais, tais como a colocação de apostas via telefones; finalizou-se, em 2017, a elaboração do manual de fiscalização sobre as concessionárias da exploração de apostas mútuas, optimizando ainda mais o regime de supervisão das concessionárias em causa; entrou em vigor, no final de 2018, a Lei n.º 10/2012 («Condicionamento da entrada, do trabalho e do jogo nos casinos») revista que prevê regras mais rigorosas quanto à entrada nos casinos; deu-se início aos trabalhos de revisão da Lei n.º 16/2001 («Regime jurídico da exploração de jogos de fortuna ou azar em casino») e do Regulamento Administrativo n.º 6/2002 («Regula a actividade de promoção de jogos de fortuna ou azar em casino»), a fim de intensificar a supervisão do funcionamento do mercado de jogo.

Reforço da supervisão sobre os promotores de jogo. As operadoras de jogo foram exortadas a reforçar a fiscalização dos seus promotores de jogo, tendo sido realizadas, a

partir de 2015, auditorias específicas de diversa ordem sobre as mesmas, nomeadamente as suas contas, registo comercial, mecanismos de controlo interno, entre outros aspectos e, efectuados continuamente a monitorização e o acompanhamento das melhorias adoptadas pelos promotores de jogo que falharam nos processos de avaliação. Foram igualmente adoptadas medidas mais rigorosas na apreciação dos pedidos de atribuição e renovação das licenças para o exercício de actividade de promoção de jogos de fortuna ou azar, o que originou a diminuição do número de promotores de jogo, passando do seu pico de 270 para os actuais de cerca de 100.

Promoção do desenvolvimento estável do sector do jogo e optimização da estrutura das receitas brutas do jogo. Entre Junho de 2014 e Julho de 2016, o sector do jogo entrou numa fase de ajustamento profundo. Face a esta circunstância, o Governo da RAEM empenhou-se em impulsionar as operadoras do sector a aumentarem os seus investimentos em factores não relacionados com o jogo, a fim de alargar o peso do segmento de massas em termos de receitas. Assim sendo, as receitas brutas provenientes do mercado de massas subiram, relativamente ao total das receitas brutas obtidas das actividades de jogo, de uma proporção de 37% no final de 2014 para cerca de 56% no final de Agosto de 2019.

Incentivo às operadoras de jogo no reforço dos investimentos em actividades não jogo. Com o impulso do Governo da RAEM, as operadoras de jogo têm reforçado, de forma contínua, as suas apostas em elementos não jogo, assim como nos projectos de entretenimento, fazendo com que o peso das receitas provenientes das actividades não jogo das seis operadoras, face à totalidade das receitas obtidas pelas mesmas, crescesse, de 6,6% registadas em 2014 para 9,97% em 2018, tendo sido alcançada praticamente a meta prevista no Plano Quinquenal de Desenvolvimento da RAEM.

Promoção do desenvolvimento coordenado entre as actividades do jogo e as correlativas não-jogo. Contando com os esforços conjuntos das associações comerciais e do sector, o valor de aquisição, por parte das operadoras de jogo, dos bens e serviços locais aumentou, tendo o respectivo peso crescido de 41% em 2015 para 65% em 2018, totalizando 36,46 mil milhões de patacas. Em termos de empresas fornecedoras de bens e serviços às operadoras de jogo, o número de empresas locais subiu, tendo a proporção passado de 43% em 2015 para 49,7% em 2018, num total de cerca de 7 300 unidades. Ademais, a quantidade dos estabelecimentos comerciais locais instaladas nos complexos turísticos das operadoras de jogo cresceu também, de 118 unidades em 2014 para 660 unidades em 2018, equivalente a um acréscimo de cerca de 4,6 vezes.

7. Medidas multifacetadas para promover a inovação e o melhoramento da qualidade do desenvolvimento das pequenas e médias empresas (PME)

Melhoramento contínuo das várias medidas de apoio às PME. Em resposta às necessidades do desenvolvimento das PME, deu-se continuidade à implementação e optimização, com eficácia, de medidas como o “Plano de Apoio a Pequenas e Médias Empresas”, o “Plano de Garantia de Créditos a Pequenas e Médias Empresas” e o “Plano de

Garantia de Créditos a Pequenas e Médias Empresas Destinados a Projectos Específicos”, entre outros projectos. Foram lançados, a partir de Agosto, o “Plano de Apoio Financeiro a Pequenas e Médias Empresas na Instalação dos Elevadores para Mercadorias” e o “Plano de Apoio Financeiro a Pequenas e Médias Empresas na Instalação das Barreiras contra Inundações e Bombas de Água”, no sentido de ajudar os comerciantes nas zonas baixas de Macau a reforçarem a sua capacidade de prevenção e resposta às calamidades e a reduzirem os eventuais danos causados pelas inundações nos seus estabelecimentos comerciais devido à passagem de tufões e às chuvas intensas.

Estímulo às PME na utilização dos meios de pagamento electrónico para alargar o leque de clientela e elevar a eficácia operacional. Com o impulso do “Grupo de Trabalho Interdepartamental para a Promoção do Comércio Electrónico”, o ritmo do desenvolvimento do serviço de pagamento móvel em Macau acelerou nos últimos anos, sendo o seu uso cada vez mais generalizado e receptivo. A partir do 4.º trimestre de 2018, vários bancos lançaram, sucessivamente, serviços de pagamento móvel, concedendo facilidades aos residentes de Macau na utilização desses serviços nos estabelecimentos comerciais que os aceitam em Macau, no Interior da China ou em outras regiões estrangeiras. Em 2018, registaram-se 1,34 milhões de transacções de pagamento móvel (6,7 vezes mais em relação ao ano de 2017), envolvendo um montante global de 89,47 milhões de patacas (10,6 vezes mais relativamente ao ano de 2017).

Apoio às lojas antigas típicas de Macau na remodelação das suas marcas e na inovação do seu desenvolvimento. Desenvolveram-se, em 2017, os trabalhos preparatórios para o lançamento do “Plano de Apoio à Remodelação das Marcas das Lojas Antigas Típicas de Macau”, tendo 12 lojas antigas sido classificadas, em Março de 2019, como “Marcas Típicas de Macau”, estando em curso o desenvolvimento faseado do plano em questão.

Lançamento da actividade de “entrega de serviços ao domicílio”, proporcionando às PME serviços mais convenientes. Em cooperação com as associações industriais e comerciais, a DSE começou a implementar, a partir de 2015, a actividade de “entrega de serviços ao domicílio”. Presentemente, um total de 8 centros afectos às 5 associações industriais e comerciais parceiras colaboram na recepção dos pedidos aos diversos planos de apoio às PME. Foram estabelecidos, em Macau, respectivamente em 2016 e 2017, em conjunto com as associações comerciais locais, o “China Trademark Registration Consulting Center” e o “Centro do Serviço de Orientação para o Registo dos Assuntos Comerciais no Interior da China”.

Incentivo à inovação de investigação e de desenvolvimento empresariais através do lançamento de medidas de benefícios fiscais. O Governo da RAEM lançou, por duas fases, medidas de benefícios fiscais para incentivar a inovação de investigação e desenvolvimento. As medidas lançadas na primeira fase residem no seguinte: a matéria colectável sujeita ao imposto complementar de rendimentos das empresas de Macau beneficia de uma dedução de 300% para os primeiros 3 milhões de patacas do valor total das “despesas de investigação e desenvolvimento qualificadas”, e de 200% para o montante remanescente,

sendo o valor máximo de dedução de 15 milhões de patacas. Na segunda fase, vai ser elaborada legislação sobre o “Regime jurídico de benefício fiscal para o exercício de actividades de inovação científica e de investigação”, encontrando-se, neste momento, em fase de elaboração o projecto do respectivo diploma legal.

8. Reforço da comunicação e intercâmbio para promover a inovação, empreendedorismo e empregabilidade juvenis

Aperfeiçoamento contínuo e implementação eficaz do “Plano de Apoio a Jovens Empreendedores”. Este plano foi lançado em Agosto de 2013. Desde então até finais de Agosto de 2019, foram recebidos 1 996 pedidos, tendo sido aprovados 1 490, representando um montante de cerca de 340 milhões de patacas, envolvendo principalmente o sector de comércio a retalho, restauração e serviços destinados às empresas, em articulação com o rumo do desenvolvimento das indústrias emergentes. Além disso, as mais de mil empresas beneficiárias criaram mais de 4 000 postos de trabalho, tendo, por isso, desempenhado um papel muito positivo no mercado de trabalho local.

Criação do “Centro de Incubação de Negócios para os Jovens” (CINJ) para prestação de serviço de apoio mais abrangente. Desde a sua inauguração, em Junho de 2015, até finais de Agosto de 2019, o CINJ recebeu um total de 343 pedidos de admissão ao Centro, dos quais 251 foram aprovados. As empresas aprovadas dedicam-se, principalmente, às indústrias de ciência e tecnologia, cultura, convenções, exposições e turismo, gestão de restauração, serviços comerciais e produtos farmacêuticos, entre outras. Em Outubro de 2018, o CINJ foi reconhecido pelo Ministério da Ciência e Tecnologia da China como o primeiro Espaço Nacional de Trabalho Colaborativo nas regiões de Hong Kong e de Macau.

Lançamento e aperfeiçoamento contínuo do “Programa de Intercâmbio de Inovação e Empreendedorismo para Jovens da China e dos Países de Língua Portuguesa”, valorizando as funções do “Centro de Intercâmbio de Inovação e Empreendedorismo para Jovens da China e dos Países de Língua Portuguesa” em Macau. Este Programa foi lançado em Novembro de 2017. Desde então até finais de Agosto de 2019, houve um total de 57 jovens empreendedores que se dedicavam às actividades de prestação de serviços comerciais, cultura e criatividade, ciência e tecnologia, entre outras, que participaram nessa actividade, dos quais 32 já a concluíram com sucesso.

Aprofundamento contínuo dos laços de cooperação inter-regionais em empreendedorismo juvenil, prestando aos jovens apoio mais diversificado para a criação de negócios. Deu-se prosseguimento ao aprofundamento e alargamento do intercâmbio e cooperação com as incubadoras de empreendedorismo juvenil da Grande Baía, recomendando, através do reconhecimento mútuo dos projectos de empreendedorismo juvenil, as empresas dos jovens empreendedores a instalarem-se naqueles espaços de incubação. Foi lançado em Junho de 2019 o “Programa de Permuta de Serviços de Consultadoria Profissional”, tendo sido estabelecidas, na primeira fase, relações cooperativas com várias incubadoras de empreendedorismo juvenil localizadas em

seis cidades da Grande Baía, com vista a prestar assistência em prol do desenvolvimento transfronteiriço dos projectos dos jovens empreendedores das duas partes.

Esforços conjuntos do Governo e das instituições associativas para apoiar os jovens na criação de negócios e no acesso ao emprego. A DSE, em conjunto com a Direcção dos Serviços de Educação e Juventude (DSEJ), entre outras entidades, começou a organizar, desde 2016 e sucessivamente, o “Plano de Formação de Empreendedorismo e Inovação da Juventude” e o “Concurso de Empreendedorismo e Inovação Juvenil de Macau”. A DSAL, por seu turno, empenhou-se em diversificar os seus serviços de apoio ao emprego dos jovens, tendo alterado, desde 2016, a forma de organização da “Feira de Emprego para Jovens”, passando esta a ser promovida em parceria com os organismos juvenis e, implementado, a partir de 2018, planos de introdução, por fases, das empresas de qualidade das cidades integradas na Grande Baía para participarem naquele evento.

Optimização contínua dos serviços de aconselhamento de emprego e da formação profissional para apoiar a elevação da competitividade dos jovens. Em resposta às necessidades concretas do desenvolvimento industrial e sectorial, a DSAL proporcionou aos jovens serviços de aconselhamento profissional e acções de formação de técnicas profissionais em diversos tipos e modalidades, a fim de os ajudar a integrarem-se, com sucesso, no mercado de trabalho. Além disso, incentivou os jovens a participarem na “Competição Mundial de Aptidão Profissional”, tendo realizado, na qualidade de entidade co-organizadora, a “Competição de aptidões entre os jovens de Guangzhou, Hong Kong, Macau e Chengdu”, para facultar aos jovens mais plataformas para o melhoramento das suas aptidões profissionais, fomentando a diversificação do desenvolvimento da sua carreira profissional.

Prosseguimento das iniciativas de intercâmbio e diálogo sincero com os jovens de Macau para interacção e discussão dos assuntos sobre a situação do País e da RAEM, bem como as políticas do Governo local. Com base nas iniciativas ininterruptamente realizadas ao longo dos anos passados no âmbito da tutela da Economia e Finanças, para manutenção de contactos e comunicação com a camada juvenil de Macau, foram levadas a cabo, entre 2018 e 2019, mais de 20 actividades, tais como, diálogo entre jovens e dirigentes, visitas de dirigentes às associações juvenis ou organizações de estudantes, etc., com o objectivo de auscultar as opiniões dos jovens quanto aos trabalhos do Governo desenvolvidos em diversas áreas, assim como as suas aspirações sobre o seu próprio desenvolvimento. Em Julho de 2019, foi organizada uma delegação composta por cem jovens locais para participarem na iniciativa de visita e aprendizagem à Província de Jiangsu enquadrada no programa intitulado «Caminhar juntos na Nova Era».

9. Aperfeiçoamento do regime jurídico e optimização do ambiente do mercado

À medida que se empenhou em otimizar constantemente os procedimentos de serviços administrativos públicos, a fim de facilitar ainda mais a vida dos residentes e empresários, o Governo da RAEM procedeu à revisão e ao melhoramento contínuo dos diversos diplomas

legais relevantes, com vista ao aperfeiçoamento do regime jurídico. Entre 2015 e Agosto de 2019, foram concluídos os procedimentos legislativos de 30 leis e 29 regulamentos administrativos da área da Economia e Finanças, representando, respectivamente, 40% e 18,24% do total das leis (75) e dos regulamentos administrativos (159) com os respectivos processos legislativos concluídos durante o IV Governo da RAEM. Além disso, na área da Economia e Finanças, encontram-se actualmente em curso de desenvolvimento processos legislativos referentes a 20 leis e 12 regulamentos administrativos, aguardando-se a conclusão dos respectivos trabalhos.

10. Optimização da construção da equipa de talentos da área industrial, ajudando os residentes a reforçarem a sua empregabilidade, promovendo a ascensão profissional e a mobilidade horizontal dos mesmos

Lançamento de várias acções de formação de talentos, preparando talentos necessários para o desenvolvimento da indústria de convenções e exposições. Foi lançado o “Programa de Apoio para a Formação de Profissionais na Área de Convenções e Exposições” em Novembro de 2014. Desde então até finais de Agosto de 2019, mais de 300 pessoas participaram nos cursos de formação. O IPIM e a DSAL cooperaram na realização de uma série de cursos de formação relacionados com as convenções e exposições, tendo alargado, de forma contínua, as áreas de formação. Entre 2015 e 2017, o Governo da RAEM e o Ministério do Comércio do Estado co-organizaram, em Xangai, Dalian e Hangzhou, três edições do “Curso de Formação de Talentos de Convenções e Exposições” destinadas aos operadores MICE de Macau e do Interior da China. Além disso, deu-se apoio ao sector MICE de Macau na organização, em conjunto com as organizações internacionais de convenções e exposições com maior prestígio, de acções formativas, como por exemplo, curso de “Certificado em Gestão de Exposições” (CEM) e curso superior de “Exhibition Management Degree” (EMD), etc., tendo sido reservada, a partir de 2018, parte das vagas dos referidos cursos a favor dos operadores do sector MICE das várias cidades da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau e dos países de língua portuguesa, com vista a incentivar o intercâmbio e a aprendizagem mútuos entre os formandos.

Promoção da formação de talentos locais na área financeira para favorecer o desenvolvimento do sector financeiro. De 2015 até finais de Agosto de 2019, o Instituto Financeiro de Macau, constituído conjuntamente pela AMCM e pelos operadores do sector financeiro de Macau, organizou 224 cursos e 47 seminários e acções de formação, com mais de 10 000 participantes. Foi lançado, sucessivamente em 2018 e 2019, o “Plano do IFF de Desenvolvimento de Talentos Locais para os Sectores Financeiro e Segurador de Macau”, com uma duração de dois anos. Além disso, a AMCM e as instituições de ensino superior e instituições financeiras e de seguros formaram, conjuntamente, uma equipa para a formação de talentos, tendo sido iniciada a elaboração de um “Plano de desenvolvimento de talentos para o sector financeiro com características próprias”.

Valorização do papel do Parque Científico e Industrial da Medicina Tradicional Chinesa no âmbito da cooperação Guangdong-Macau em prol dos jovens de Macau,

proporcionando-lhes oportunidades de intercâmbio profissional e formação específica em medicina chinesa. No período entre 2016 e Agosto de 2019, o Parque Industrial organizou 4 edições dos cursos, consistindo em teoria e prática profissional, e 5 edições do “Programa de estágio no estrangeiro para jovens médicos de medicina chinesa”, tendo organizado também a participação dos formandos em diversas actividades realizadas em Moçambique e na Tailândia, como consultas médicas voluntárias, formação e estágio clínico, formação de assistente de formador clínico, entre outras, totalizando 70 participantes dos jovens médicos de Macau. Adicionalmente, o Parque Industrial, em colaboração com as instituições do ensino superior de Macau, prestou também acções de formação aos jovens, tais como o “Programa de acompanhamento de estudantes por oficiais do quadro superior”, e o “Programa de estágio, entre outros.

Incentivo ao reforço das acções de formação destinadas aos trabalhadores do sector do jogo, no sentido de fomentar a sua ascensão profissional ou mobilidade horizontal. Entre 2015 e 2016, altura em que a economia de Macau sofreu um ajustamento profundo, as operadoras de jogo foram exortadas a organizar cursos de formação remunerada em serviço a favor dos seus trabalhadores, de modo a incentivar a aprendizagem contínua e auto-valorização dos mesmos. Em 2016, foi lançado o “Curso de formação sobre desempenho profissional para os trabalhadores do sector do jogo”, na modalidade de formação remunerada em serviço, sob uma forma de cooperação entre o Governo e as entidades patronais e laborais e, até finais de Agosto de 2019, foram organizadas, no total, 288 edições do referido curso, contando com a participação de 7 932 formandos.

Organização e optimização dos diversos cursos de formação técnico-profissional e aperfeiçoamento contínuo dos projectos de testes de técnicas profissionais, em consonância com as exigências do desenvolvimento económico e sectorial. Com base nas acções de formação profissional existentes, a DSAL organizou, a partir de 2015, o “Plano de formação de técnicas de manutenção de instalações” na modalidade de formação remunerada em serviço. Desde o lançamento do referido plano até finais de Agosto de 2019, 91 empresas aderiram a esse plano, totalizando 1 529 participantes nas respectivas acções de formação, 316 dos quais conseguiram encontrar trabalho correspondente devido a esse plano e 695 foram contratados directamente pelas empresas ou através da transferência interna. Em 2019, foram lançados cursos de conhecimentos técnicos sobre o Metro Ligeiro, o “Programa de formação de talentos em gestão operacional do sector de restauração” e ainda o “Programa de formação inicial” destinado exclusivamente aos jovens com idade igual ou inferior a 24 anos. Entre 2015 e Agosto de 2019, a DSAL organizou um total de 1 146 cursos de formação, nomeadamente “formação com certificação”, “formação remunerada em serviço” e “elevação da habilidade profissional”. Paralelamente, foi dada continuidade ao aperfeiçoamento dos projectos de testes de técnicas profissionais, ajudando os residentes a elevarem a sua empregabilidade integral através da obtenção, via exames, de certificados de técnicas reconhecidas local e internacionalmente. Até finais de Agosto de 2019, a DSAL prestou serviços de avaliação de qualificação profissional a mais de 40 tipos de trabalho,

tendo sido registado, entre 2015 e finais de Agosto de 2019, um total de 13 400 residentes locais que obtiveram certificados de técnicas profissionais respeitantes.

Introdução de talentos estrangeiros de acordo com o desenvolvimento económico e industrial e valorização do seu papel de ensino. Para as actividades consideradas favoráveis à promoção da diversificação adequada da economia de Macau, os respectivos pedidos de contratação de trabalhadores não residentes especializados podem estar sujeitos a um processamento mais rápido, desde que a sua contratação não prejudique os direitos e interesses laborais e de emprego dos residentes locais.

11. Intensificação contínua das actividades promocionais, de sensibilização e de fiscalização sobre a segurança e saúde ocupacional

Foi promovida uma série de acções de fiscalização, sensibilização e formação sobre a segurança e saúde ocupacional para o sector da construção, a fim de reforçar gradualmente os conhecimentos dos operadores do sector quanto a esta matéria e às condições de segurança no trabalho. Entre 2015 e Agosto de 2019, foi distribuído um total de 4 184 conjuntos/peças dos equipamentos no âmbito do Plano de promoção dos equipamentos de segurança e saúde ocupacional. Além disso, começaram a ser implementadas, a partir de 2017, as medidas de vistoria de grande escala, pelo menos três vezes por ano, junto de todos os estaleiros de obras em Macau, as acções inspectivas antes e depois dos tufões e das festividades do Ano Novo Lunar, etc., tendo sido permitido ainda aos empreiteiros de obras acederem, mediante requerimentos, ao sistema de pontuação relativa à segurança e saúde ocupacional dos estaleiros, para que possam fazer uma auto-avaliação sobre a situação da segurança e saúde ocupacional das suas obras, e introduzir melhorias adequadas.

12. Optimização da gestão das finanças públicas e dos assuntos tributários, assegurando a segurança e a estabilidade financeira

Melhoria das acções de supervisão financeira. No relatório de avaliação mútua da RAEM, efectuada pelo Grupo Ásia/Pacífico contra o Branqueamento de Capitais (APG), em conjunto com o “The Group of International Finance Centre Supervisors” em 2017, os bons resultados obtidos por parte da RAEM colocaram-na no grupo dos membros do APG com elevada notação. Na sequência do Primeiro Relatório de Acompanhamento da RAEM que foi entregue ao APG em Janeiro de 2019, a RAEM conseguiu com sucesso o melhoramento da notação das restantes 3 Recomendações para notações de cumprimento em larga escala, tornando-se na primeira jurisdição a nível mundial a obter notações positivas nas 40 Recomendações da FATF de entre todas as jurisdições avaliadas até este momento. Além disso, com a entrada em vigor, no dia 1 de Novembro de 2017, da Lei intitulada “Controlo do transporte transfronteiriço de numerário e de instrumentos negociáveis ao portador”, a AMCM exigiu aos bancos a instalação, por fases, ou seja, dentro do período entre 2016 e 2017, de tecnologia de reconhecimento facial («Know your customer» – KYC) nas máquinas ATM em Macau, a fim de monitorar rigorosamente o fluxo transfronteiriço de fundos de acordo com a lei.

Gestão dos investimentos da Reserva Financeira de acordo com os princípios da “segurança, eficácia e estabilidade”. Para além de ter sido efectuada uma monitorização estreita do desenvolvimento dos mercados financeiros mundiais, foi diligenciado no sentido de, por um lado, proceder a uma boa gestão do risco e, por outro, elaborar planos e programas de investimentos da Reserva Financeira. Nos últimos anos, o Governo da RAEM procedeu ao aperfeiçoamento da gestão das reservas, o qual foi reconhecido pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), sendo que as operações totais da Reserva Financeira da RAEM aumentaram, passando de 246,3 mil milhões de patacas em finais de 2014 para mais de 570 mil milhões de patacas em Julho de 2019. Ao mesmo tempo, face a um ambiente marcado não apenas pela prática de uma taxa de juro extremamente baixa durante muitos anos, mas também pelas flutuações no mercado da bolsa de valores, a Reserva Financeira adoptou uma estratégia diversificada de investimento a médio e longo prazo, tendo os investimentos efectuados entre 2015 e finais de Julho de 2019 registado lucros num total superior a 47 mil milhões de patacas, com uma taxa média de retorno situada na ordem dos 2,5%, em termos anuais.

Conclusão do processo legislativo da «Lei de enquadramento orçamental» para melhoramento da elaboração e da execução do orçamento público. As diversas normas previstas naquela lei, designadamente referentes ao regime do uso das dotações afectas e à elaboração dos relatórios trimestrais sobre a execução orçamental do Plano de Investimento e de Despesas de Desenvolvimento de Administração (PIDDA) e dos intercalares relacionados com a execução do orçamento, foram implementadas no primeiro dia do ano de 2018 e do ano de 2019, respectivamente. No cumprimento do princípio da publicidade e da transparência previsto na «Lei de enquadramento orçamental», a partir de Fevereiro de 2019, foram publicadas mensalmente no Portal da DSF as informações sobre a execução do orçamento ordinário integrado e do orçamento agregado dos organismos especiais.

Aperfeiçoamento do regime da contratação pública. Realizou-se em Novembro de 2018, uma consulta pública de 60 dias sobre a elaboração da Lei da contratação pública, tendo sido concluído já o respectivo relatório final. Em Maio de 2017, foram lançadas, no âmbito da Economia e Finanças, as “Instruções para a publicitação da informação relativa às aquisições por parte dos serviços sob a alçada do Secretário para a Economia e Finanças”, com vista à elevação da transparência dos processos de contratação pública. A DSF criou, em 2018, uma base de dados de contratação para uso comum por todos os serviços e organismos públicos da tutela do Secretário para a Economia e Finanças, tendo melhorado constantemente os seus conteúdos e as suas funcionalidades, procurando, através da partilha dos dados sobre aquisições públicas, elevar a eficiência dos respectivos trabalhos.

Estudo da criação do “Fundo para o Investimento e Desenvolvimento de Macau”. Para avançar com os trabalhos previstos no Plano Quinquenal, o Governo da RAEM, em conformidade com as respectivas directrizes de trabalho, está preparado para proceder a uma consulta pública sobre a criação da “Sociedade Gestora do Fundo para o Investimento e Desenvolvimento de Macau, S.A.”, no sentido de auscultar amplamente as opiniões e sugestões da sociedade relativamente à matéria em causa.

Optimização da construção do sistema jurídico para satisfazerem as normas internacionais em matéria fiscal e estreitamento da cooperação tributária a nível internacional. Até finais de Agosto de 2019, a RAEM celebrou 6 Convenções para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos Sobre o Rendimento, e 16 Acordos de Troca de Informações em Matéria Fiscal, tendo aderido, em Abril de 2019, ao mecanismo de cooperação sobre administração fiscal, no âmbito da iniciativa “Uma Faixa, Uma Rota” e celebrado o «Memorando de entendimento do mecanismo de cooperação sobre administração fiscal, no âmbito da iniciativa “Uma Faixa, Uma Rota”». Além disso, para se coadunar com os diversos trabalhos relacionados com o combate à erosão da base tributária e da transferência de lucros, assim como com a avaliação a efectuar por parte das organizações internacionais relevantes, foi concluído, em 2018, o processo legislativo da Lei intitulada “Revogação do regime jurídico do exercício da actividade offshore”, pondo fim à admissão de pedidos sobre a concessão de autorização para o exercício da actividade offshore, estipulando que as autorizações desta natureza, mesmo que se encontrem ainda válidas, deixarão de vigorar a partir de 1 de Janeiro de 2021.

Por outro lado, dado que a União Europeia (adiante designada, abreviadamente por UE) classificou a RAEM como jurisdição não cooperante em matéria fiscal no ano de 2017, o Governo da RAEM, com o forte apoio do Governo Central, tem mantido, de forma dinâmica, contacto com a UE, tendo esta determinado, em Janeiro de 2018, a retirada da RAEM da lista das jurisdições não cooperantes em matéria fiscal. Quanto à realização de trabalhos relacionados com a aplicação extensiva da “Convenção Multilateral sobre Assistência Mútua Administrativa em Matéria Fiscal” à RAEM, o Governo Central efectuou uma declaração relativamente a esta matéria, tendo determinado a entrada em vigor daquela Convenção na RAEM, a partir de Setembro de 2018, o que levou ao Governo da RAEM a celebrar o Acordo Multilateral das Autoridades Competentes para a Troca Automáticas de Informações de Contas Financeiras. Ademais, para se articular com as mais recentes normas fiscais internacionais, o Governo da RAEM deu início ao trabalho legislativo de revisão do “Regulamento do Imposto Complementar de Rendimentos”.

13. Aperfeiçoamento contínuo do sistema de indicadores estatísticos em consonância com o desenvolvimento socioeconómico

Tendo em consideração o desenvolvimento económico e industrial de Macau e atentas as necessidades derivadas do aprofundamento contínuo da cooperação regional, a DSEC optimizou constantemente os trabalhos de recolha e análise dos diversos dados estatísticos, aperfeiçoando o sistema de indicadores estatísticos, com vista ao fornecimento de dados estatísticos mais científicos e adequados às necessidades reais, contribuindo para a materialização da política de governação científica. Entre estes trabalhos destacam-se a optimização dos procedimentos de elaboração da Conta Satélite do Sector das Convenções e Exposições, a divulgação anual, a partir do final de 2016, do “Relatório da Análise do Sistema de Indicadores Estatísticos para o Desenvolvimento da Diversificação Adequada da Economia de Macau”, a criação de uma página electrónica sobre o desenvolvimento da diversificação adequada da economia de Macau, entre outros.

14. Optimização contínua das medidas administrativas e dos procedimentos dos serviços prestados, facilitando a vida da população e da comunidade empresarial

Os serviços públicos da área da Economia e Finanças têm vindo a dedicar-se ao melhoramento contínuo dos procedimentos administrativos, respectivos serviços e medidas, empenhando-se em lançar serviços electrónicos e proceder, de forma ininterrupta, à revisão e melhoria da capacidade de atendimento dos serviços prestados ao público e das instalações físicas relacionadas, no sentido de facultar à população e às empresas serviços menos burocráticos e que exigem menos tempo para o seu acesso, facilitando assim a vida das mesmas.

15. Aperfeiçoamento da instituição de regimes dos serviços públicos e reforço da consciência sobre os valores íntegros

Os serviços públicos da área da Economia e Finanças, tendo em conta o desenvolvimento da sociedade e as suas próprias necessidades operacionais, têm vindo a empenhar-se em rever os seus próprios regimes, dedicando-se ao melhoramento da sua estrutura orgânica, atribuições funcionais, estatutos de pessoal, normas regulamentares, etc., para elevar a eficiência dos trabalhos desenvolvidos e reforçar a sua gestão administrativa. Neste sentido, foram elaboradas instruções internas para a apreciação e aprovação dos pedidos de apoio financeiro no âmbito do Fundo de Desenvolvimento Industrial e de Comercialização (FDIC), de modo a assegurar a aplicação mais racional e eficaz dos recursos públicos. Além disso, foi fortalecida, de forma contínua, a construção de integridade nos diversos serviços públicos, no sentido de elevar a consciência do pessoal sobre os valores íntegros.

16. Lançamento de diversas políticas e medidas de apoio para atenuar os impactos causados pela calamidade dos tufões aos residentes e empresas

Garantia do abastecimento dos bens da primeira necessidade para a vida da população durante a passagem de tufões, tendo sido fortalecidas as acções inspectivas para assegurar a estabilidade dos preços desses produtos, reforçada a comunicação com as instituições e organismos de coordenação económica e comercial do País em Macau e as entidades fornecedoras de mercadorias, no sentido de assegurar o abastecimento estável dos bens e produtos agrícolas e seus derivados, essenciais à população de Macau.

Acompanhamento contínuo dos danos sofridos pelas PME, tendo-lhes sido prestado apoio apropriado e adoptadas medidas específicas para as ajudar a ultrapassar as dificuldades, as quais incluem, entre outras, o lançamento, através do Fundo de Desenvolvimento Industrial e de Comercialização (FDIC), das “Medidas de Abono” e do “Plano de Apoio Especial” em prol das PME afectadas pelos tufões; permissão dada às empresas beneficiárias dos diversos planos de apoio a pequenas e médias empresas e do plano de

apoio a jovens empreendedores, cuja verba de apoio concedida anteriormente não tinha ainda sido reembolsada integralmente, para apresentarem, conforme as suas necessidades, pedidos de ajustamento do seu plano de reembolso junto do FDIC; lançamento sucessivo, em 2018, do “Plano de Apoio Financeiro a Pequenas e Médias Empresas para a Instalação de Plataformas Elevatórias para Mercadorias” e do “Plano de Apoio Financeiro a Pequenas e Médias Empresas para a Instalação das Barreiras contra Inundações e Bombas de Água” ; apoio prioritário às pequenas e médias empresas afectadas pelo tufão “Hato” para satisfazerem as suas necessidades em matéria de recursos humanos.

Estabelecimento de um mecanismo de ligação imediato com os sectores bancário e de seguros para fortalecer a supervisão e a coordenação do trabalho pós-desastre, tendo sido exigida aos operadores do sector de seguros a aceleração dos trabalhos de acompanhamento dos pedidos de indemnização causadas pelos tufões e estabelecerem uma linha aberta para consulta das informações respeitantes a esta matéria, bem como apresentados, em Agosto do ano corrente, o “Seguro de bens patrimoniais contra grandes desastres para as pequenas e médias empresas” e o “Plano de apoio financeiro a conceder no âmbito do seguro de bens patrimoniais contra grandes desastres para as pequenas e médias empresas”, no sentido de se proporcionar cobertura para prejuízos patrimoniais de natureza comercial causados durante os períodos de tempestade tropical em que seja hasteado o sinal n.º 8 ou de «Storm Surge» vermelho ou superior.

Estreitamento da comunicação com as operadoras de jogo para implementação, com eficácia, das medidas de prevenção e de resposta a calamidades, tendo sido estabelecidas, em conjunto com essas operadoras, medidas de contingências para os casinos; exortado as mesmas a organizarem adequadamente as deslocações dos seus trabalhadores entre as suas residências e os locais de trabalho, além de assegurarem a segurança dos residentes, turistas e trabalhadores que se encontrem nos locais de jogo durante a passagem das tempestades tropicais; dada assistência à coordenação das medidas de resposta a tufões elaboradas pelo sector de convenções e exposições, de modo a proporcionar apoio apropriado aos visitantes profissionais às conferências e feiras; diligenciado no sentido de assegurar os direitos e interesses dos trabalhadores dos diversos sectores e coordenar o desenvolvimento dos trabalhos antes e depois de desastres.

Acompanhamento dos trabalhos de avaliação dos prejuízos económicos provocados pelos tufões “Hato” e “Mangkhut” em Macau, tendo sido auscultadas e recolhidas opiniões sobre os trabalhos de rescaldo pós-tufão e, ainda optimizadas as políticas e medidas relevantes de acordo com a realidade local para preparação atempada da eventual passagem por Macau de outros tufões devastadores.